



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE FILOSOFIA E FILÓSOFOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.aproffesp.org | www.facebook.com/AproffespEstadual

Nota contra o PL N° 920/2017 do governador Geraldo Alckmin, que ataca os direitos dos servidores públicos do Estado de São Paulo

Em mais de duas décadas de governos tucanos no Estado de São Paulo, sofremos muitos ataques contra os direitos trabalhistas, com enormes perdas salariais, falta de negociação, o desrespeito, as mentiras, etc. Os professores/as sofrem há quase quatro anos sem reposição das perdas inflacionárias e a constante desvalorização profissional; para piorar, na semana que antecede o dia dedicado aos professores, recebemos mais um “presente de grego” na forma do Projeto de Lei N° 920/2017 que, além de manter o congelamento de salários, ameaça os parcos direitos que temos, tais como: evolução funcional, quinquênios, sexta parte e todas as progressões previstas em cada carreira, sendo que ainda propõe o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%. É um absurdo, é inadmissível!

A APROFFESP se soma às demais entidades na mobilização contra a aprovação deste Projeto de Lei nefasto e perverso que pretende creditar na nossa conta o ônus de uma crise alimentada pelo próprio PSDB e seus aliados, que em nível nacional patrocinaram o golpe parlamentar e dão sustentação ao governo ilegítimo de Temer e sua “reformas” que atentam contra os direitos constitucionais do conjunto da classe trabalhadora, além de todos os ataques aos avanços sociais, culturais e políticos que conquistamos nas últimas décadas, principalmente após a redemocratização do país.

Lembramos aos professores/as que nesses três últimos anos do terceiro governo de Geraldo Alckmin o salário dos secretários de governo, dos deputados estaduais, suas verbas, frota de automóveis e o salário do próprio governador foram reajustados! Ora, para eles a tal crise não existe? Por que somente os servidores públicos da saúde, da segurança e da educação têm de pagar a conta? Por que somos nós os bodes expiatórios de um regime que nos explora e exclui dos benefícios da riqueza gerada por todos? Um sistema que é calcado nos impostos sobre o consumo e na pesada carga tributária que recai principalmente sobre o setor produtivo e nos ombros dos trabalhadores e da “classe média”, um sistema que beneficia os rentistas e banqueiros com altíssimas taxas de juros, que não taxa como devia as grandes fortunas, que não elimina privilégios dos políticos e do judiciário!?

Não queremos as regalias dos altos executivos das empresas ou dos políticos e membros dos altos escalões do Judiciário, como o auxílio-moradia de R\$4.750,00 dos juizes e desembargadores e verbas para comprar gravatas e ternos em Miami; queremos apenas o justo para continuar nosso trabalho como educadores sem adoecer ou estafar. É claro que o auxílio-alimentação poderia ter um valor maior, pois os R\$8,00 do “vale-coxinha” é ridículo; e quem ganha acima de 141 UFESPs não o recebe!!! Assim como é ridículo o valor da hora/aula de um professor PEB 2 no início de carreira: R\$12,08! Será que os parlamentares e os governos estaduais e federal não têm vergonha na cara quando dizem na mídia e nas campanhas que sua prioridade é a educação!? E ainda nos ameaçam de cortar o piso salarial nacional conquistado em 2008? E fazem propaganda enganosa com esse tal de “novo ensino médio”! E vêm nos dar parabéns no “Dia dos Professores”!?

Convocamos as professoras e professores, filólogas e filósofos, para cerrar fileiras pela retirada do PL 920/17, contra a perda de direitos e exigindo que o governador Geraldo Alckmin abra negociação e atenda as reivindicações da categoria. Com luta poderemos perder, mas sem ela jamais alcançaremos qualquer vitória!

DIRETORIA DA APROFFESP